



Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

INDICAÇÃO Nº 198 / 2017

Protocolo: _____

Data: _____ Hora: _____

Ofício: _____

Aprovado na 17ª S.O. realizada

em 06 JUN 2017 adendo

NEY VAZ PINTO LYRA
Presidente da Câmara Presidente

Assunto: Indica ao Poder Executivo Municipal atuação em defesa do ecossistema de Bertioga ameaçado por obras de transposição dos Rios Guaratuba, Itatinga e Itapanhaú pela Companhia Sabesp.

Bertioga, 06 de junho de 2017.

Excelentíssimo Sr. Presidente, Nobres Vereadores:

Valéria Bento, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante Vossa Excelência, ouvido o Colendo Plenário, fazer a seguinte **Indicação**:

Bertioga abriga sensível ecossistema atlântico de praias, manguezais e restingas cuja importância ecológica ultrapassa os interesses locais. Assim, temos o dever para com o país e com o mundo de empreender ações de preservação dos nossos recursos naturais.

A crise hídrica que assolou o Estado há dois anos fez com que o Executivo bandeirante aportasse vultuosas quantias em obras públicas visando reabastecer o sistema hídrico do Alto Tietê que abastece a capital e a Grande São Paulo.



Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Em procedimentos pouco cautelosos iniciou os estudos e licenciamentos de obras de transposição hídrica das bacias dos rios Itapanhaú, Itatinga e Guaratuba, sem a devida consulta à população local quanto aos impactos negativos ao ecossistema e sem discutir alternativas ao empreendimento, inclusive a hipótese de não realizá-lo.

Além de o órgão ambiental estadual (CETESB) minimizar os danos ambientais numa área extremamente sensível e, por isso, protegida, é questionável, também, a necessidade de tal obra porque existem outras medidas previstas para melhorar o abastecimento do sistema. Como citado acima, o órgão ambiental não avaliou outras medidas previstas, como, por exemplo, a redução das perdas físicas no armazenamento da água e distribuição da água.

O estudo realizado desconsidera o novo cenário de proteção com a criação do **Parque Estadual da Restinga de Bertioga - PERB (2010)**; a **APA Marinha Litoral Centro - APAMLC (2008)** e a **Área Natural Tombada da Serra do Mar e de Paranapiacaba (1984)**.

Mais estarrecedor é que, em audiência pública realizada em 08 de dezembro de 2015 a Secretária Adjunta de Meio Ambiente, Mônica Porto, afirmou que a intenção seria aumentar a segurança hídrica do Alto Tietê e ampliar as fontes de seu abastecimento, ou seja, **“ao invés de se encher um balde d’água com uma torneira**



Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

só, passar a encher o mesmo balde de água com várias torneiras de forma a aumentar a possibilidade de se manter esse balde cheio”.

Ocorre que, como asseverou o Ministério Público, o rio Itapanhaú não é uma torneira. E, caso entenda que possa ser usado como “torneira”, ele não tem capacidade para encher o balde alheio sem prejudicar a população local. Não só a população seria prejudicada, mas todo o meio ambiente, legalmente protegido.

Não há estudos e análises dos efeitos dessa obra sobre as unidades de conservação atingidas. Presentes estão os princípios da precaução e prevenção para impedir o prosseguimento da obra.

A decisão de tal obra é meramente POLÍTICA, sem embasamentos técnicos e sem preocupação com o meio ambiente e com a vulnerabilidade da área do empreendimento.

O GAEMA, grupo especializado em meio ambiente do Ministério Público de São Paulo ingressou com ação perante a 2ª Vara Cível de Bertioga no intuito de paralisar o empreendimento e exigir estudos que considerem os impactos locais e as necessidades da população de Bertioga. Embora a Meritíssima Juíza tenha concedido a liminar, o Tribunal restou por cassá-la, estando nosso ecossistema em perigo.



Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Se o Ministério Público já ingressou com as medidas judiciais para proteção de nossos recursos, não se pode dizer o mesmo de nossos representantes no Executivo Municipal.

A matéria já foi objeto de análise no Comitê de Bacias da Baixada Santista, no qual o prefeito anterior teve assento e lamentavelmente não se levantou em defesa de Bertioga.

Tampouco se observa da atual administração ações políticas em defesa de nossos interesses, que, aliás, vem ao encontro dos interesses globais de preservação.

Dizer que vai buscar contrapartidas financeiras da Companhia Sabesp é uma visão limitada sobre a extensão dos riscos. Além disso, demonstra desconhecimento em face do descaso com que a empresa estadual trata a população de Bertioga. Falta de água, saneamento, tratamento são alguns dos transtornos causados pela má prestação dos serviços cobrados, sem contar os problemas de saúde decorrentes.

Isto posto, nobres pares, o mínimo que se espera do mandatário local é zelo pelos interesses da comunidade que estão em iminente risco. Portanto, **INDICO** ao Poder Executivo Municipal, através de sua Secretaria de Meio Ambiente que adote providências políticas em defesa do ecossistema local, exigindo estudos



Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

adequados, abrangentes e alternativos para as obras de transposição das águas que nos abastece.

Observados os preceitos regimentais, está é a **INDICAÇÃO** que vai devidamente subscrita.

Remetam-se cópias desta Indicação para a Secretaria de Governo, Ministério Público local, GAEMA, Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM) e Procuradoria da República em Santos.

Valéria Bento
Vereadora

ARNALDO DE OLIVEIRA JUNIOR
Vereador

MATHEUS DEL CORSO RODRIGUES
Vereador